



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da
Hc|gpf c



A solução está em fase de finalização e de ajustes finais nas especificidades da Instituição, com previsão para sua efetiva utilização, com as diretrizes e necessidades do Banco, em ambiente de produção, até maio de 2012.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (modelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. Os trabalhos já foram iniciados e se encontram em fase de levantamento e análise estatística dos dados. A consultoria entregou pré-diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto. O contrato firmado entre o Banco e a empresa foi prorrogado para 30/06/2012.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito e fortalecerão a aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e validação periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional e constituindo-se em instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de implementação de regras de integração pela consultoria. A previsão para entrada em produção do sistema é junho de 2012.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

O modelo interno de Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 71,64% do valor de mercado (MIM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.759 em 31 de dezembro de 2011, o que representa um percentual de 0,04% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com o Novo Acordo de Capitais – Basileia II.

Dessa forma, conforme está definido na Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Executiva e chancelada pela Alta Administração, análises de sensibilidade (testes de estresse) são realizadas rotineiramente com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Dezembro/2011 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado Índice de preços Cupom cambial Outros	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	1	7.426	14.606
	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.769	22.434	43.188
	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	11	(2.158)	(4.276)
	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(22)	-	-
Total		1.759	27.702	53.518

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&Fovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,88 e a taxa de juros de 1 ano foi de 11%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,34, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 13,7%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 31 de dezembro de 2011 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,81, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 16,5%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2011. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 2 e 3) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição, que detém 69,1% ante 72% registrado no final de 2010, do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo alteração relevante nas exposições da Instituição.

28. Informações complementares

a) Avals e fianças prestados

Os avals e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição

	4233	4232
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.767.168	4.308.891
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	85.140	79.420
TOTAL	4.852.308	4.388.311

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do immobilizado, cuja cobertura é de R\$135.492 (R\$122.823 em 31.12.2010), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos e em atendimento ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

- Ações trabalhistas** – As ações trabalhistas são agrupadas em função do tipo e objeto, às quais são atribuídas perdas médias esperadas e fatores de ponderação de perdas, apuradas em estudo estatístico e baseado nas ações encerradas nos últimos 5 anos.
- Ações de natureza cível** – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas “perdas médias esperadas” apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos 5 anos. Para todas as ações cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.
- Ações de natureza fiscal** – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;
- Outros** – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2011, foram interpostas contra o Banco 838 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$18.173. No exercício, foram cumpridas 66 ações no valor de R\$5.901.

A movimentação da provisão no exercício está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2011
Trabalhista	28.215	14.565	(14.246)	28.534
Cível/Fiscal	23.542	9.326	(7.091)	25.777
Fdos Invest.	19.398	4.411	(5.636)	18.173

c.2) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível

irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$19.708, com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2011 (R\$15.908 em 2010). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2011 e em 2010, não existiam contratos de derivativos em aberto.

" EQPUGNJ Q'FG'CFORIKVTCÑ' Q Rctgegt 'EC'P°4234223

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do Banco e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2011, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012

EQPUGNJ Q'FG'HKUECN Rctgegt 'EH'P°4234223

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 7 de fevereiro de 2012, e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2011, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2012.

EQOKU'FG'CFWF'KQTK T guwo q'f'q'Tgrvótq'Ugo guv'crl 40'Ugo guv'g'f'g'4233

De acordo com o disposto no inciso XIII do artigo 9.º de seu Regimento Interno, este Comitê de Auditoria apresenta o relatório-resumo referente ao período de 1.º/07/2011 a 31/12/2011.

Os seguintes temas foram avaliados: a) atividades desenvolvidas; b) efetividade do sistema de controles internos; c) efetividade da auditoria independente; d) efetividade da auditoria interna; e) atendimento às demandas de órgãos externos; f) outros temas (Caixa de Previdência dos Funcionários, Projeto de Excelência Tecnológica, Fundo de Investimentos da Amazônia, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Ouvidoria); e g) qualidade das demonstrações contábeis.

As informações constantes deste documento provêm dos relatórios institucionais, de atas de reuniões internas, de demandas de órgãos externos de fiscalização e controle e de normas que regulam as atividades do Banco.